

DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE PLACAS, PARÁ

Vanicleide Ficagna de Andrade¹, Maristela Marques da Silva²

1. Graduanda da Faculdade de Engenharia Agrônômica, Universidade Federal do Pará, Altamira. 1997vanicleide@gmail.com.

2. Docente pesquisadora da Faculdade de Engenharia Agrônômica, Universidade Federal do Pará, Altamira

Recebido em: 15/11/2023 – Aprovado em: 15/12/2023 – Publicado em: 30/12/2023
DOI: 10.18677/EnciBio_2023D9

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar os desafios e potencialidades encontrados na implantação do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) no município de Placas no estado do Pará, a partir da visão de diferentes atores sociais. A metodologia utilizada abordou aspectos qualitativo e quantitativo, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, com realização de entrevistas com 11 famílias que participam do PNAE no município e representantes das instituições que atuam no programa. O Programa foi implantado no município através de ações de várias instituições e atores sociais que contribuíram para a efetivação das várias etapas no programa. Atualmente 11 agricultores familiares participam do programa através da produção de espécies frutíferas, hortaliças e produtos animais, esses alimentos são preparados através de um cardápio diversificado na alimentação escolar. Os principais desafios identificados foram à ampliação da assistência técnica para as atividades produtivas, dificuldades de entendimento da documentação necessária para obter o cadastro ao programa, a falta de articulação entre os atores envolvidos no programa, além da dificuldade ao acesso das estradas vicinais para transporte dos produtos. Entre as potencialidades destacou-se os resultados satisfatório quanto ao aumento da renda das famílias que participam do programa, melhoria da qualidade da alimentação escolar no município, com produtos produzidos no local e originados da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, alimentação escolar, atores sociais.

CHALLENGES AND POTENTIAL IN THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE) IN THE MUNICIPALITY OF PLACAS, PARÁ

ABSTRACT

This work aims to address the challenges and potential found in the implementation of the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Placas in the state of Pará, from the perspective of different social actors. The methodology used addressed qualitative and quantitative aspects, through a bibliographical research and field research, with interviews with eleven families that participate in the PNAE in the municipality and representatives of the institutions that work in the program. The Program was implemented in the municipality through actions by various institutions

and social actors that contributed to the implementation of the various stages in the program. Currently, eleven family farmers participate in the program through the production of fruit species, vegetables and animal products, these foods are prepared through a diversified menu in school meals. The main challenges identified are the expansion of technical assistance for productive activities, difficulties in understanding the documentation needed to register for the program, the lack of articulation between the actors involved in the program, in addition to the difficulty in accessing the roads on the side roads for transport. of the products. Among the potentialities, the satisfactory results were highlighted in terms of increasing the income of families participating in the program, improving the quality of school meals in the municipality, with products produced on site and originating from family farming.

KEYWORDS: Family farming, School Feeding, Social actors,

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo brasileiro e tem como intuito oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas de ensino nas escolas públicas (PNAE, 2020), visando a garantia da segurança alimentar e nutricional dos alunos, oferecendo as principais refeições do dia no período letivo nas escolas federais, estaduais e municipais (CASTRO; BOMBARDI, 2012).

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, as quais se delegou competência para atendimento aos alunos da rede municipal das prefeituras que não havia aderido à descentralização (PNAE, 2020). Seminotti, (2022), destaca que a consolidação da descentralização, através do gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ocorreu através da Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e secretarias de educação, a transferência passou a ser feita automaticamente.

Uma das grandes inovações do PNAE foi a participação da agricultura familiar, a partir da Lei 11.947/2009, que dispõe sobre a vinculação do PNAE com a agricultura familiar, assim ficou estipulado 30%, sendo o valor mínimo do total dos recursos financeiros que serão repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios, que obrigatoriamente, deverão ser adquiridos os alimentos diretamente da agricultura familiar da *região* (VILLAR *et al.*, 2013). A sanção da Lei nº 11.947/2009, com novos avanços à extensão do Programa resultou no aumento na demanda de produção fortalecendo a agricultura familiar e o desenvolvimento do município (COLNAGO, 2015).

A agricultura familiar é formada por pequenos produtores rurais, e tem como base essencial a mão de obra familiar, incorporando estratégias de equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais. Portanto, a agricultura familiar pode ser considerada um grande avanço no contexto do programa, tendo melhorado a alimentação ao incluir gêneros alimentícios frescos e de qualidade para agregar no cardápio da merenda escolar, além do desenvolvimento econômico da região (GREGOLIN., 2018). Assim, o programa faz-se presente no desenvolvimento do município, para valorização da agricultura familiar, para aprendizagem dos alunos, no rendimento escolar e na formação de hábitos saudáveis (SEMINOTTI, 2022).

Uma conquista fundamental, em 2006, foi à exigência da presença de nutricionista como Responsável Técnico pelo programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo (PNAE, 2022). O nutricionista participa na elaboração de cardápios, utilizando alimentos nutritivos, selecionados, diversificados e que compõem a produção agrícola do município, realizando a introdução de frutas, hortaliças e legumes do período e época certa da região. Assim, o conceito de “merenda” escolar mudou para alimentação balanceada e saudável, suprimindo as exigências nutricionais para crianças e adolescentes em período escolar (PNAE, 2022). Para viabilizar essas estratégias, o PNAE realizou a chamada pública como procedimento administrativo formal para a realização das compras de produtos oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar (PNAE, 2022).

Na região Norte, fazendo um comparativo no censo de 2006 com o de 2017, em relação a agricultura familiar, o estado do Pará teve um grande destaque, pois o número de estabelecimentos que trabalham com a agricultura familiar é considerado elevado, sendo o estado da região norte com alto índice de trabalhos no segmento (SOUZA *et al.*, 2021). Entretanto, mesmo com a melhoria dos últimos seis anos, foi considerada uma falha a aplicação de recursos destinados ao PNAE, o índice mínimo de 30% desses alimentos não foi alcançado, mesmo com a Lei 11.947/2009 os municípios não se atentaram as compras de alimentos da agricultura familiar (BARALDI *et al.*, 2021).

Souza *et al.* (2021), destacam o descaso e a limitação na execução do PNAE na região Norte, uma das principais políticas públicas, voltadas, na última década, para apoiar e fortalecer a agricultura familiar, que apresentou baixos índices de compra governamental de produtos da agricultura familiar. Os autores ressaltam que a importância do programa não se restringe à alimentação dos alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino, mas possui repercussões de desenvolvimento local e territorial, quando exitoso em sua execução.

Diante do exposto este trabalho teve como objetivo caracterizar os desafios e potencialidades do processo de implantação do PNAE no município de Placas no Estado do Pará na visão de diferentes atores sociais, abordando o processo de implantação, a participação das famílias e outros atores sociais, as dificuldades e perspectivas do programa no município de Placas no Estado do Pará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

O município de Placas foi criado em 1997 e pertencente à Mesorregião do Baixo Amazonas. Localiza-se no norte brasileiro, na latitude 03°52'04” sul e longitude 54°13'12” oeste. Possui área de 7.173,194km², com população de 18.602 pessoas (IBGE, 2022). Pode-se observar que é um município ainda em desenvolvimento, onde a área do campo é bem maior que a parte urbana, e a economia da região é baseada principalmente na pecuária e cacauicultura, além da produção da agricultura familiar.

O município é formado de uma mistura de culturas brasileiras, vindo de diversas regiões do Brasil, formados principalmente por nordestinos e sulistas, mas também tem uma mistura de baianos, maranhenses, paranaenses e sulista, contemplado os 29 anos de Placas, assim já tendo famílias formadas com

Plaquenses e não só emigrantes como foi na década de 80 do maior pico da chegada de moradores (PREFEITURA DE PLACAS, 2022).

Caracterização da pesquisa

Este trabalho abordou aspectos qualitativos, relacionados ao processo de implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Placas no estado do Pará. O uso da abordagem qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar a origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências (OLIVEIRA, 2011). A pesquisa foi desenvolvida, no período de setembro de 2022 a maio de 2023, sendo desenvolvida em três etapas, descritas a seguir:

1ª Etapa: Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica com diversos autores que tratam sobre o tema proposto nesta pesquisa, por meio dos desafios e suas potencialidades na implantação do PNAE no município de Placas no Estado do Pará.

2ª Etapa: A coleta de dados ocorreu através de entrevistas com os diferentes atores sociais envolvidos na implantação do PNAE no município, sendo utilizado um questionário para cada grupo estudado, com termo de consentimento assinado pelos participantes. Os atores sociais que participaram do Programa e o número de entrevistas realizadas estão descritas no Quadro 1.

QUADRO 1. Informação detalhada por categoria pesquisada no Município de Placas, Pará.

Categoria	Atores sociais	Quantidade	Participação no PNAE
Agricultura familiar	Agricultor Familiar	11	Participação no Programa, produção agrícola, interação e comunicação sobre o PNAE.
Gestores	Nutricionista	01	Funcionalidade da merenda, elaboração do cardápio, planejamento da inserção dos produtos locais in natura.
	Escola	02	Participação na interação dos alunos e nutricionista, elaboração de projetos voltados à agricultura familiar.
	Sec. de Educação	01	Organização da interação entre a nutricionista/escola/aluno, recebe e repassa a demanda e necessidades dos alunos, implantação de projetos para melhor receber os produtores e distribuição dos produtos.
	Sec.ª de Agricultura	01	Organização dos produtores, ajuda com a documentação do Programa, comunicação/ligação entre os produtores e a secretária de educação.
	EMATER	01	Visita técnica, elaboração de projetos, assistência técnica, colaboração com a documentação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

3ª Etapa: Após a obtenção dessas informações os dados foram lançados, em uma planilha no Excel, com o intuito de organizar as informações obtidas e conseguir alcançar os resultados com base nos objetivos deste trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo de implantação do programa em placas

A implantação do PNAE no município de Placas iniciou-se a partir de 2010 e foi o resultado da ação conjunta da Secretária de Educação (SEMED), Secretária de Agricultura, com a atuação de outras instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) dentre outras que conseguiram desenvolver o trabalho com produtores rurais do município com o intuito de incentivar a agricultura familiar e fortalecer os pequenos agricultores da região. O processo organizativo para implantação do programa no município foi realizado por intermédio da EMATER e Secretária de Agricultura, através de várias reuniões com agricultores em várias comunidades do município, para divulgar a sua importância para o desenvolvimento do município, motivando as famílias em participar do programa (PREFEITURA DE PLACAS, 2022).

A modalidade de participação no programa pode ser através de uma organização rural ou de forma individual. Segundo interlocutor que atua na assistência técnica, devido ao município ter carência em cooperativas e associações, a maioria dos agricultores que estão participando no programa está atuando de forma individual. Segundo as informações dos interlocutores que participaram deste estudo, atualmente 11 agricultores familiares participam do programa no município de Placas.

Quanto à logística de apoio ao desenvolvimento das ações, ainda existem algumas dificuldades quanto ao transporte dos produtos para as escolas. Atualmente o transporte é realizado diretamente pelos agricultores familiares, que fazem a entrega diretamente nas escolas, tanto as urbanas como as rurais por meio de caminhões de pequeno porte e carros com carrocerias.

Entretanto, houve um período em que os agricultores familiares levavam seus produtos à SEMED onde existia um galpão específico para o armazenamento dos alimentos, e a responsabilidade ficava ao encargo da Prefeitura Municipal de Placas em fazer as entregas. Nesse período os agricultores relataram que era mais fácil entregar tudo em um único setor, ao invés de fazer a entrega em cada escola.

Muitos casos em outros municípios o próprio PNAE disponibilizava o transporte ou até mesmo a prefeitura. Isso facilitava a interação do Programa se forem divididas as tarefas, conforme o cumprimento das obrigações estipuladas na Lei.

A participação das escolas no programa

Atualmente são atendidas pelo programa 60 escolas do município, mas, para este estudo foram entrevistadas as representantes da “Escola Estadual de Ensino Médio Tancredo Neves” e “Escola Municipal de Ensino Fundamental Almir Gabriel”, que estão localizadas na área urbana do município de Placas. O processo de organização e participação das escolas ocorreu através da Secretária de Educação que inseriu as escolas nas atividades do programa, e realizou a organização de todas as etapas de implantação do programa.

A Secretária de Educação de Placas, possui uma nutricionista que atende todas as escolas do município, e têm a responsabilidade de organizar os cardápios balanceados a partir da disponibilidade dos produtos. Assim, a nutricionista deve indicar o cardápio de forma que garanta a alimentação adequada, seguindo as

exigências nutricionais das faixas etárias dos estudantes que serão atendidos (CHAVES *et al.*, 2021). A elaboração do edital definindo quais produtos serão necessários é definida com a participação e atuação da nutricionista, sendo que a organização dos produtos e cronograma de entrega é realizada pela Secretária de Educação, a escola não participa da definição de quais produtos serão utilizados na escola.

A nutricionista tem função determinante para que o fluxo de produtos com o hábito local seja incorporado a alimentação escolar, pois nesse sentido a sensibilização quanto a importância da alimentação diversificada, faz com que mais produtos sejam introduzidos nesse mercado institucional. Machado *et al.* (2018), destacam a importância da nutricionista no processo, pois os municípios que não possuíam nutricionista como responsável técnico, apresentaram um potencial de compra de alimentos da agricultura familiar 22% menor do que os municípios que contavam com este profissional.

Para aperfeiçoar o cardápio durante o processo de implantação do programa foi realizado um processo de formação com merendeiras através de cursos de aperfeiçoamento organizado pela Secretária de Educação. Pode-se observar na pesquisa que existiu um bom diálogo entre as entidades participantes do Programa, assim a nutricionista juntamente com a secretaria de educação compartilha informações e posteriormente também se reúnem com os produtores para então a nutricionista responsável por delinear o cardápio escolar poder escolher os alimentos da agricultura familiar local.

Quanto a estrutura organizativa o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão responsável pela coordenação do PNAE, através deste possível obter manutenção e cumprimento da legislação, incentivando a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, a nível local existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que apoia e organiza as ações do programa a nível municipal (TURPIN, 2009). No município de Placas o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é ativo e têm como responsáveis um Titular do Poder Executivo e um Suplente do Poder Executivo, são os responsáveis pelo acompanhamento do Programa e pela fiscalização e prestação de contas ao FNDE. A participação do CAE é muito importante para o funcionamento adequado do PNAE, para obtenção do fornecimento de alimentos, para os alunos e principalmente no acompanhamento do programa através dos agentes responsáveis por este (CHAVES *et al.*, 2021).

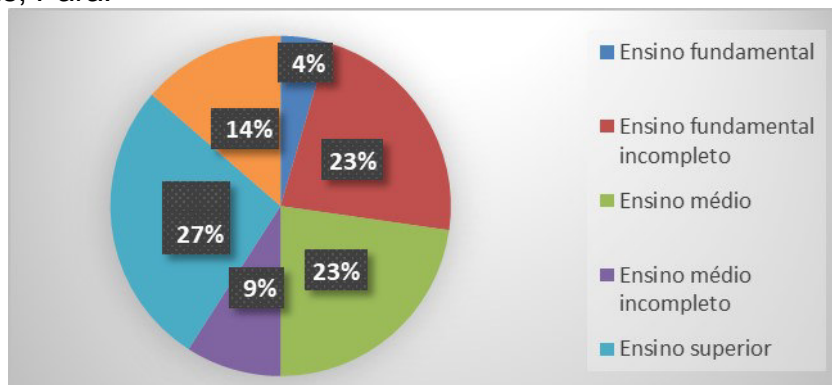
As famílias que participam do programa

As entrevistas foram realizadas com os 11 agricultores familiares que eram fornecedores do PNAE, no município de Placas no Estado do Pará. Os dados obtidos na pesquisa de campo corroboraram para obtenção de informações sobre o abastecimento dos produtos da merenda escolar, e reflexões sobre o tema e possíveis pesquisas para elaboração de trabalhos para melhoria e incentivo da produção familiar.

As famílias que participaram deste estudo são originadas de diferentes regiões do Brasil, como a região Nordeste com famílias originadas do Estado da Bahia, Ceará, Maranhão, da região Sul com familiares originadas do Rio Grande do Sul e Paraná, e famílias que são originadas dos municípios próximos de Placas, como Uruará e Rurópolis. O tempo que essas famílias residem no município é bastante variado, sendo que 45,4 % das famílias chegaram ao intervalo de 27 a 46 anos, indicando que essas famílias chegaram na fase inicial do processo de

ocupação da região. Entretanto, 27,3 % das famílias chegaram ao município no intervalo de 7 a 12 anos e 27,3% chegaram a cerca de um ano no município. Quanto ao nível de escolaridade dos membros das famílias que participaram desse estudo, todos tiveram acesso à educação, conforme pode ser observado na Figura 1.

FIGURA 1. Escolaridade das famílias que participaram deste estudo em Placas, Pará.



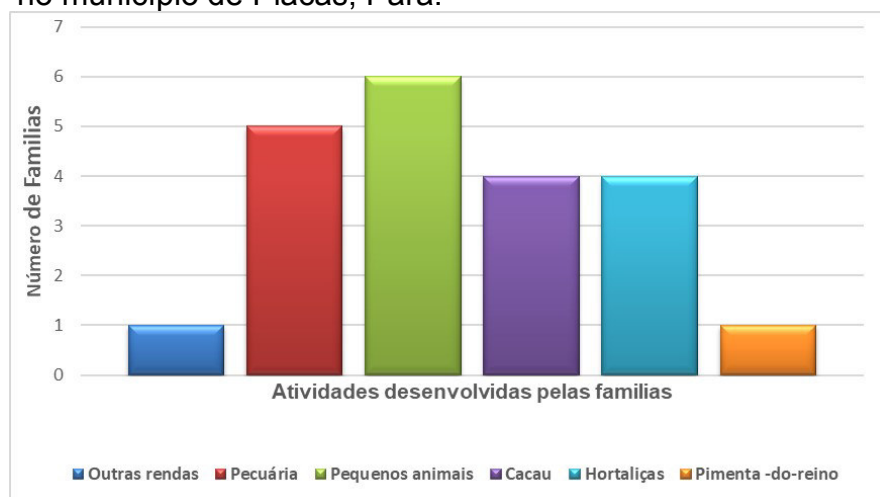
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A maioria dos interlocutores cursou Ensino Superior (27%), o ensino médio completo (23%), o ensino médio incompleto (9%), ensino fundamental incompleto (23%), o ensino fundamental completo (4%) e (14%) não informaram sua escolaridade. A maioria dos participantes tiveram acesso ao conhecimento educacional, entretanto, muitos possuem escolaridade incompleta, pois vivem nas áreas rurais do município e reflete a dificuldade de acesso à educação nas comunidades.

As atividades desenvolvidas pelas famílias

As famílias desenvolvem diferentes atividades em suas propriedades, entre estas se destacou a criação de animais de pequeno porte como aves e suínos, com seis famílias desenvolvendo estas atividades. Seguidas pela criação de gado com cinco famílias e a cacauicultura com quatro. Destacaram-se também a produção de hortaliças e o cultivo da pimenta do reino, conforme pode ser verificado na Figura 2.

FIGURA 2. Atividades desenvolvidas pelas famílias estudadas no município de Placas, Pará.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

A pecuária e a cacauicultura são as atividades predominantes no município, no entanto, essa produção não é destinada ao PNAE, mas, para o comércio interno do próprio município e para venda para outras regiões. Um dos principais fatores de organização da produção é a participação das famílias em organizações rurais. Entretanto, entre os agricultores que participaram deste estudo, setes afirmaram que participam do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRR) e Associações, e quatro famílias não participam de nenhuma organização.

Motivação em participar do programa

Para implantação do programa foram realizadas diferentes formas de divulgações para os agricultores familiares no município de Placas, alguns conheceram o programa por meio de reuniões com a Secretaria de Agricultura e EMATER, devido ao incentivo e oportunidades para a comercialização dos produtos. Outros agricultores conheceram o programa por intermédio dos pais e parentes próximos, que já estavam ingressos e acabaram sendo os incentivadores para a participação dentro do PNAE. Assim, muitos agricultores acabaram tendo contato com o programa devido às experiências de familiares e conhecidos da região, aumentando à credibilidade no trabalho desenvolvido pelo programa dentro do município de Placas no Pará.

A possibilidade de produzir de forma sustentável e com melhor qualidade, foi uma das principais motivações citadas pelas famílias para participar do programa, tendo o incentivo de órgãos como a Emater, Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Educação, para produzir com quantidade e qualidade, sobretudo em ter um planejamento da produção que será preciso utilizar, e além de ter uma garantia real do pagamento.

Outra motivação está relacionada à rentabilidade, pois praticamente todos que participaram deste estudo, afirmaram que a renda familiar melhorou com a participação no programa, por meio dos incentivos, gerando uma projeção de custos e benefícios. Além disso, outras motivações como o reconhecimento do trabalho, ciclo de amizade com diversos produtores, mais proximidade com os órgãos e prefeitura, e principalmente ao estímulo da associação local em querer divulgar a participação das mulheres em programas como o PNAE.

Uma das principais mudanças motivacionais afirmadas com a introdução do programa junto aos agricultores foi o acesso as informações sobre um sistema moderno de irrigação, considerado uma das ferramentas mais usadas atualmente na agricultura familiar. A utilização desse mecanismo, possibilita melhor eficiência no uso da água, podendo diminuir os custos e potencializando a produção no período de seca, fazendo com que a produção não sofra em período de escassez, assim, como a irrigação, o manejo de pragas, o monitoramento do solo, entre tantos outros (EMBRAPA, 2019). Essas tecnologias podem ser usadas no campo para aprimorar os sistemas de produção familiares para a melhor produção com a ajuda de um profissional como engenheiros agrônomos, técnicos em agropecuária como é o caso dos extensionistas rurais da Emater do município de Placas.

Atuação do PNAE no município de Placas

As famílias aderiram ao programa com o objetivo de melhorar a rentabilidade financeira, e conseqüentemente expandir suas produções, garantindo melhorias na distribuição dos produtos no município de Placas. As famílias estão participando do programa em diferentes períodos, assim, 36% estão participando há um ano, 18%

que participam à dois anos, 9% que participam do programa à três anos, 9% participam do programa a cinco anos, e 28% participam a nove anos. Entre as famílias que participam do programa a cerca de um ano, três famílias relataram que mudaram recentemente para o município de Placas e já participavam do programa em seu município de origem.

As seleções dos produtos sejam de origem vegetal ou animal ocorrem por diversos meios, mas, necessitam atender a demanda do programa, ou já estarem sendo produzidos na propriedade. A nutricionista seleciona as opções que deseja no edital solicitado, e a partir desta etapa, os produtos são selecionados por meio de quantidade que cada agricultor, poderá fornecer. Entretanto é requisitado que todo agricultor tenha todos os documentos necessários para participar do PNAE no município de Placas são transcritos em edital, e geralmente são solicitados da seguinte forma:

- I - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- II – O extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III – A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- IV - O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria (PREFEITURA DE PLACAS, 2022).

Os agricultores que não apresentarem esses documentos não terão acesso a participar das ações do Programa. A falta de informação e conhecimento a respeito destes documentos têm dificultado a participação várias famílias ao Programa. Os principais tipos de produtos de origem vegetal fornecidos pelos agricultores ao PNAE no município de Placas, estão descritos no Quadro 2:

QUADRO 2. Tipos de produtos de origem vegetal fornecidos pelas famílias que participaram deste estudo em Placas, Pará.

Produtos fornecidos ao programa	Tipo de produto (<i>in natura</i> ou beneficiado)	Frequência do fornecimento	Quantidade de famílias fornecedoras
Alface (<i>Lactuca sativa</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	05
Abóbora (<i>Cucurbita pepo</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	04
Batata Doce (<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	03
Coentro (<i>Coriandrum sativum</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	04
Couve (<i>Brassica oleraceae</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	04
Laranja (<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck)	<i>In natura</i>	Semanalmente	03
Limão (<i>Citrus limon</i> (L.) Burmann f.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	03
Mamão (<i>Carica papaya</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	03
Maracujá (<i>Passiflora edulis</i> Sims)	Beneficiado	Semanalmente	07
Melancia (<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	07
Pepino (<i>Cucumis sativus</i> L.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	04
Pimenta de cheiro (<i>Capsicum</i> sp.)	<i>In natura</i>	Semanalmente	05
Polpa de Frutas variadas	Beneficiado	Semanalmente	07

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

A relação dos produtos de origem vegetal escolhidos e a quantidade dependem da demanda que são solicitados pela prefeitura e as escolas que estão inseridas no PNAE do município de forma semanal. Os produtos como hortaliças, frutas e as polpas beneficiadas, são preferidos constantemente para a aquisição da alimentação escolar. Além disso, a grande maioria dos produtos ofertados é do tipo *in natura*, apenas as polpas de frutas e o maracujá são beneficiados.

As hortaliças possuem demanda significativa, devido à necessidade dos cardápios diversificados, conforme o balanço nutricional sugerido pela nutricionista municipal, assim, essa diversificação de produtos é muito importante para ter um cardápio semanal rico em vitaminas. Além dos produtos vegetais, os agricultores cadastrados também fornecem produtos de origem animal, que estão descritos no Quadro 3.

QUADRO 3. Tipos de produtos de origem animal fornecidos pelas famílias que participaram deste estudo em Placas, Pará.

Produtos fornecidos ao programa	Descrever a frequência	Quantidade de famílias fornecedoras
Ovos	Semanalmente	03
Carne bovina	Semanalmente	02

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O repasse dos produtos de origem animal escolhidos e a quantidade, depende da demanda que são solicitados pela prefeitura e pelas instituições de ensino que estão inseridas no PNAE do município, e devido a isso a distribuição ocorre uma vez por semana. Ao todo, cinco famílias fornecem os produtos de origem animal, sendo três famílias de agricultores que são fornecedoras de ovos e duas famílias são fornecedoras de carne bovina na região do município.

Todos os pagamentos feitos as famílias de agricultores cadastradas no PNAE acontecem por nota fiscal que são emitidas pela prefeitura do município de Placas e a média de pagamento mensal realizado pelo programa é correspondente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para todos que estão inseridos no programa.

A assistência técnica para as famílias cadastradas no programa é realizada pela EMATER, entre os participantes do programa que participaram deste estudo, sete informaram que recebem algum tipo de assistência técnica. Entretanto, destacam que assistência recebida é considerada insuficiente, devido à complexidade das atividades desenvolvidas na produção de hortaliças, necessitariam da presença do técnico de forma mais frequente nas propriedades. Destacam-se duas famílias, que recebem a visita de um agrônomo particular e duas famílias que recebem a visita da ADEPARÁ que faz parte da vigilância sanitária.

No entanto, entre as famílias que participaram deste estudo, quatro famílias afirmaram que não recebem nenhum tipo de assistência de extensionista ou técnicos rurais em suas propriedades, dificultando no processo de desenvolvimento do plantio das frutas, legumes, verduras e hortaliças existentes nas lavouras.

Quanto a participação de cursos ou trocas de experiências, nove agricultores afirmaram que já participaram de curso e troca de experiência que são promovidas pelas associações de agricultores, prefeitura local, SEBRAE, SENAR. Entretanto, dois entrevistados informaram que não receberam nenhum tipo de assistência de cursos ou capacitação pelos órgãos competente.

Dificuldades e perspectivas futuras

O município de Placas buscou aplicar os recursos destinados ao PNAE, e cumprir os prazos e valores das compras de produtos da agricultura familiar, e não somente o mínimo exigido pela Lei 11.947/2009, mas também, em muitos casos, ultrapassou a compra mínima dos 30% dos alimentos da agricultura familiar.

Entretanto, segundo as famílias que participaram deste estudo, as principais dificuldades em participar do programa são a assistência técnica que é limitada, disponibilidade de mão de obra para atuar nas atividades, e equipamentos apropriados para contribuir no preparo do solo e irrigação.

As famílias destacaram como uma limitação as atividades produtivas o difícil acesso das estradas vicinais para o escoamento dos produtos e a falta de um local apropriado para a entrega dos produtos na cidade. Esses desafios também foram identificados por Chaves, *et al.*, (2021), no Município de Marapanim, Pará, que relataram que a logística tem sido um desafio para o escoamento da produção agrícola local, pois os agricultores encontram-se isolados entre ramais, que dificultam o escoamento dos produtos e participação no PNAE. Um dos principais desafios citados pelas famílias é a dificuldade em acessar o Programa, entendimento da documentação necessária, que leva muitas famílias a não participarem do Programa.

Os profissionais de extensão que participaram deste estudo, destacaram que as principais limitações para o desenvolvimento das atividades é a falta de comunicação e articulação entre os órgãos que participam do programa. Estes resultados estão em consonância, com a pesquisa de Chaves, *et al.*, (2021), que observaram que a falta de transparência no processo dificulta a ampla participação de agricultores familiares, sendo necessária melhor articulação entre o responsável técnico pelo programa e a secretaria de agricultura, órgão de assistência técnica e agricultores sobre o que é produzido no município para que esses produtos possam compor o cardápio da chamada pública.

Além dos recursos que são limitados para assistência técnica, não sendo o suficiente para atender a todos os produtores da região, eles destacam que ocorreu um aumento na procura por assistência técnica e novos conhecimentos, com objetivo de alcançar melhoria na produção e resultando também em participação em reuniões e cursos, além de aumentar os vínculos que são feitos entre os órgãos e os produtores que beneficiam economicamente o município.

As principais perspectivas de muitos agricultores familiares sobre o programa são aumentar a diversificação da produção e qualidade da produção, além de participar de feiras, congressos e eventos através do PNAE para melhor obtenção de conhecimento e trocas de experiências com os demais produtores de outras regiões. As famílias destacaram que visam obter a certificação de produção orgânica para melhorar qualidade dos produtos oriundos da agricultura familiar, para oferecer um produto natural e sustentável para o consumo na alimentação escolar. Um dos profissionais que atuam junto ao programa destacou que:

“[...] o programa gera renda para as famílias que participam do programa, promove uma economia local, além de beneficiar a merenda escolar com produtos adquiridos de alimentos vindos da agricultura familiar, além da obrigatoriedade de ter técnicos para dar assistência aos agricultores e nutricionista para as escolas” (INTERLOCUTOR, 2023).

Assim, a tendência é aumentar a comunicação entre os atores participativos do Programa, melhorar a assistência técnica nas propriedades para a melhoria na produção, produtividade e sustentabilidade, para garantir elevado índice de alimentos fornecidos para o PNAE gerando renda para o município.

Desta forma, é importante que medidas como o fortalecimento do PNAE, PAA e outras políticas públicas de inclusão socioproductivas, sejam retomadas para mitigar os efeitos da falta de investimentos e transferências financeira em relação a outros setores, reduzir as fragilidades na assistência técnica, aos agricultores familiares (SOUZA *et al.*, 2021). É necessário melhor articulação com outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Fornecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que visem o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (MOTA *et al.*, 2021).

Segundo as famílias que participaram deste estudo, existe a necessidade de ampliar o processo de formação, relacionados à aprendizagem de uma agricultura sustentável, visando a produção de hortaliças e outras culturas, através de sistemas de manejo sustentáveis, como a produção de compostos orgânicos, captação de águas da chuva para reuso, envolvendo os agricultores, mas também os estudantes nas escolas para incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis na agricultura.

CONCLUSÕES

Entre as potencialidades do programa identificaram-se os resultados satisfatório quanto ao aumento da renda das famílias que participam do programa, quanto a melhoria da qualidade da alimentação escolar no município, com produtos locais e originados da agricultura familiar.

Destacaram-se como desafios ao programa, a necessidade de ampliação da assistência técnica para as atividades produtivas, dificuldades de entendimento da documentação necessária para obter o cadastro, e também desafios quanto a logística que envolve o transporte dos produtos, dificuldade de acesso das estradas vicinais e a falta de local apropriado para a entrega dos produtos.

Identificou-se a necessidade da ampliação da formação desde as questões relacionadas ao cadastro das famílias para participação no programa, quanto aos cursos de capacitação relacionados aos aspectos produtivos, que possibilitem acesso dos agricultores familiares ao programa e melhorias na qualidade da produção.

Existem perspectivas e condições de expansão do programa no município, entretanto é necessário construir uma articulação entre as instituições que atuam diretamente com o programa, mais incentivo dos órgãos competentes a fim de proporcionar que os agricultores tenham acesso ao programa, e a ampliação das escolas vinculadas ao programa no município. Destaca-se a ampliação de trabalhos de pesquisa a respeito do programa e elaboração de projetos de melhoria para a obtenção de alta porcentagem de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para o PNAE.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que participaram desta pesquisa, com destaque para os agricultores familiares que compartilharam suas experiências, e aos representantes das instituições do município de Placas e organizações que colaboraram dando as informações que possibilitaram a realização deste trabalho

REFERÊNCIAS

BARALDI, L. G.; BICALHO, D.; SLATE, B. Trajetória nacional da aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **RAF**. v.15, n.1, jan-jun 2021, ISSN 1414-0810/E-ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9800>. Acesso em: 20 abr. 2023

CASTRO, T. P.; BOMBARDI, L. M. **Programa nacional de alimentação escolar – pnae: o elo entre educação e agricultura**. USP, 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/.pdf Acesso em: 12 dez. 2022.

CHAVES, T. H. M. MANESCHY, R. Q.; BARBOSA, W. L. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: A gestão municipal e a organização dos atores sociais no município de Marapanim, Pará. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 135-150, jan. 2021.

COLNAGO, E. T. P. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Dracena - SP**. 2015. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/124299.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

EMBRAPA. **A tecnologia como aliada da agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <https://summitagro.estadao>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IBGE. **Panorama do município de Placas**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/PA/Placas/panorama>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MACHADO, P. M. O.; SCHIMITZ, B. A. S.; GONZALEZ-CHICA, D. A.; VANCONCELOS, F. A. G.; GRABRIEL, G. G. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 23, n. 12, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.DOI:10.1590/1413-812320182311.2801201620>. Acesso em: 05 de mai. 2023.

MOTA, J. S.; SILVA, D. W.; PAULETTO, D. A inserção de produtos da Sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 92-114, jun. 2021. ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9815>>. Acesso em: 14 mai. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v15i1.9815>.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. - Catalão: UFG, 2011. Disponível: Microsoft Word - Manual de metodologia científica (ufg.br) Acesso em: 17 de nov. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS. 2022. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PNAE – Programa Nacional de alimentação escolar - Caderno de Legislação. 2022. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SEMINOTTI, J. J. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Campos Neutrais - **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 3, p. 110–127, 2022. DOI: 10.14295/rcn.v3i3.13975. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13975>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SOUZA, S.F.; SOUZA, A. L.; SANTOS, R. B. N.; RAMOS, M. C. P. **Agricultura Familiar no Pará e as limitações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 02 a 06 de agosto de 2021 | Brasília – DF. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136053/2/494280.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança alimentar e nutricional**. v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index./8634783>. Acesso em: 05 de mai.2023.

VILLAR, B. S.; SCHAWARTZMAN, F.P.; JANUÁRIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**,; v.16 n.1: p. 223-226. 2013 Disponível em [https:// pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-674806](https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-674806) pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.